A EXPANSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOIS VIZINHOS (PARANÁ) NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.32035>

Rosangela Maria Boeno*
Maria Elisabeth Blanck Miguel**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. rosangelaboeno@utfpr.edu.br

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. maria.elisabeth@pucpr.br

Resumo

Este texto apresenta resultados de pesquisa realizada junto aos profissionais da Rede Municipal de Ensino do Município de Dois Vizinhos (PR) sobre a expansão do Ensino Fundamental para nove anos. Parte de uma contextualização do processo de implantação dessa nova forma de organização do Ensino Fundamental, nos níveis federal e estadual. Teve como objetivos principais analisar como os professores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino do município de Dois Vizinhos, PR, compreendem a expansão do Ensino Fundamental para nove anos em termos pedagógicos e, constatar se essa implantação, na visão da equipe pedagógica, vem resultando ou não na melhoria do ensino ofertado aos alunos da referida rede municipal. A investigação fundamentou-se em estudo documental e bibliográfico, considerando-se também a legislação e documentos oficiais. O resultado da investigação indica que houve melhoria no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: educação, processo ensino-aprendizagem, ensino municipal.

Abstract. **The expansion of basic education in public schools in Dois Vizinhos (Parana) according to professionals of education.** This paper presents the results of a research conducted with the professionals of the local public schools in Dois Vizinhos (PR) on the expansion of elementary education to nine years. It comes from a context of the implementation process of this new form of organization of elementary education in the federal and state levels. It had as main objective to analyze how teachers and coordinators of the local public schools in Dois Vizinhos – PR see the expansion of elementary education to nine years in pedagogical terms to find if, in the teacher's view, the implementation of this new form of teaching organization has resulted or not in improving the education offered to students. The research was based on documentary and bibliographical study by considering the legislation and official documents. The result of the research indicates that there was an improvement in the teaching-learning process.

Keywords: education, teaching-learning process, local public schools.

Introdução

No Brasil, uma das medidas adotadas pelo governo para oferecer maiores oportunidades de educação escolar ao conjunto da população e ampliar o acesso à escola foi a inclusão das crianças de seis anos de idade no ensino

obrigatório, ampliando-se assim o ensino fundamental de oito para nove anos.

Neste sentido, os documentos do Ministério da Educação (MEC) deixam explícito que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, com

maiores oportunidades de aprendizagem (Boeno, 2010). Isso representa a garantia do acesso mais cedo das crianças das camadas populares ao ensino, visando com esta medida a equidade social, considerando-se que a maioria das crianças das classes média alta e alta já têm acesso ao ensino desde a educação infantil, nas escolas particulares.

A ampliação da obrigatoriedade do ensino fundamental já vinha sendo contemplada nas legislações educacionais desde 1996, com a aprovação da LDB n. 9.394 (1996), a qual apontava para o ensino obrigatório de nove anos de duração, iniciando-se aos seis anos de idade. O antigo Plano Nacional de Educação – Lei n. 10.172 (2001) assegurava essa ampliação em uma de suas metas: “2.3 Objetivos e Metas – 2. Ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos”.

Segundo Boeno (2010, p. 03):

Finalmente, a Lei nº 11.274/2006 instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Porém, no Estado do Paraná, a movimentação da maioria dos municípios para a regularização do que preveem as leis anteriormente citadas, deu-se a partir da Deliberação nº 03/2006 do Conselho Estadual de Educação, tornando obrigatória a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, ainda em 2007.

Destaca-se que esta política de ampliação do ensino está relacionada ao acordo firmado em Dacar, Senegal, no ano 2000, entre 164 países, dentre eles o Brasil, durante o Fórum de Educação para Todos, no qual foram traçados seis objetivos a serem atingidos até 2015; objetivos estes explícitos no *Relatório de Monitoramento da Educação para Todos*:

[...] a expansão da educação e o cuidado na primeira infância, a universalização da educação elementar gratuita e obrigatória, a aprendizagem de jovens e adultos, a redução das taxas de analfabetismo, a igualdade entre homens e mulheres nas oportunidades educacionais e a qualidade da educação em todos os seus aspectos. (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura [UNESCO], 2008, p. 07).

São várias as alternativas que o governo utiliza visando atender às exigências dos organismos internacionais. Para isso, adota medidas propostas por eles, como exemplo: a formação continuada dos profissionais da educação, ampliação do ensino fundamental, investimentos em livros didáticos, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹, dentre outros.

A pesquisa que fundamenta este texto teve como objetivos principais: analisar como os professores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino do município de Dois Vizinhos – PR compreendem a expansão do ensino fundamental para nove anos em termos pedagógicos e, constatar se essa implantação, na visão da equipe pedagógica, vem resultando ou não na melhoria do ensino ofertado aos alunos da referida rede municipal.

A pesquisa bibliográfica apoiou-se em livros e artigos científicos sobre o tema. Em relação à investigação documental, buscou-se em documentos produzidos pela UNESCO e na legislação educacional brasileira e paranaense, a fundamentação necessária para a compreensão do processo que expandiu o ensino fundamental para nove anos.

Para identificar como os profissionais da educação compreendem a expansão do ensino fundamental, em termos pedagógicos, optou-se por realizar entrevista com 12 profissionais ligados à Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos, sendo dois coordenadores pedagógicos das escolas municipais e 10 professores dos Anos Iniciais.

Assim, embora as questões administrativas interfiram diretamente no âmbito pedagógico, este artigo tem como objetivo central analisar,

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no *Censo Escolar*, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o *Saeb* – para as unidades da federação e para o país, e a *Prova Brasil* para os municípios. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2011, grifo no original).

sobretudo, as questões pedagógicas vinculadas à ampliação da obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos no município de Dois Vizinhos, a partir da visão dos professores e equipe pedagógica das escolas municipais, portanto, dos profissionais que atuam diretamente com tais questões.

Contextualização: ensino fundamental de nove anos

A história das políticas educacionais no Brasil demonstra que há interesse em expandir o número de anos do ensino obrigatório (MEC, 2006). É preciso, entretanto, observar que não é apenas interesse, mas uma necessidade premente, a qual está intrinsecamente relacionada ao contexto histórico de cada época.

A Lei nº 4.024, de 1961 estabelecia quatro anos; pelo Acordo de Punta Del Este e Santiago, o governo brasileiro assumiu a obrigação de estabelecer a duração de seis anos. Em 1971, a Lei nº 5.692 estabeleceu a obrigatoriedade para oito anos. Já em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Este se tornou meta da educação nacional pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE (MEC, 2004, p. 14).

Percebe-se que a política de ampliação do Ensino Fundamental regulamentada por meio da Lei n. 11.274 (2006) e sancionada em 06 de fevereiro de 2006 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, veio ao encontro da necessidade de acesso das crianças ao ensino básico, tendo em vista a não obrigatoriedade da educação infantil, até então (Boeno, 2010).

Segundo Boeno (2010, p. 03) “O Ministério da Educação apresenta o principal objetivo da ampliação do ensino fundamental, o qual está explícito na Introdução de outro documento ‘Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade’”.

A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar

com maiores oportunidades de aprendizagem (Beauchamp, Pagel & Nascimento, 2007, p. 7).

No entanto, Rohden (2006) ao se referir às políticas educacionais da educação básica no Brasil, inclusive à ampliação do ensino, assegura que elas, além de outros fatores, atendem às exigências dos organismos internacionais, ou seja, fazem parte do pacote de medidas indicadas pelos grupos internacionais para os países em desenvolvimento.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos visa atender um maior número de alunos, principalmente das classes populares que muitas vezes não conseguem acesso à educação infantil (Boeno, 2010), tendo em vista que o investimento do governo para essa etapa da Educação Básica ainda é insuficiente. O ensino fundamental de nove anos representa, dessa forma, uma medida compensatória de inclusão da criança na escola e uma política de equidade social, além de atender às determinações dos organismos internacionais.

Nesse sentido:

O governo atual reafirma essa escola inclusiva. Por isso, o MEC/SEB/DPE/COEF pretende, com estas orientações, construir políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, de aprender, de avaliar, implicando a disseminação das novas concepções de currículo, conhecimento, desenvolvimento humano e aprendizado (MEC, 2004, p. 11).

Conforme Boeno (2010, p. 04), “A Lei nº 11.274/2006 alterou a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB - Lei nº 9.394/1996 dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, tornando obrigatória a matrícula, a partir dos seis anos de idade”.

Em se tratando das legislações que regulamentam o Ensino Fundamental de Nove Anos, merecem destaque as seguintes: Lei nº 11.274/2006, PL 144/2005, Lei nº 11.114/2005, Parecer CNE/CEB nº 6/2005, Resolução CNE/CEB nº 03/2005, Parecer CNE/CEB nº 18/2005, além das Resoluções e Pareceres dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação (Boeno, 2010, p. 04).

Em decorrência de diversas liminares, no Paraná, de 2006 a 2009, foram efetivadas matrículas para as crianças que completassem seis anos durante o ano letivo, prática esta ratificada com a aprovação da Lei Estadual n. 16.049 (2009), a qual determinava: “Art. 1º. Terá direito à matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, a criança que completar 6 anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso”.

Em nível nacional, em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou as *Diretrizes Operacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos*. O objetivo principal do documento era legalizar a questão do corte etário para o ingresso no ensino fundamental de nove anos em todo o território nacional. Todavia, em caráter excepcional, permitiu-se que em 2010, as crianças que já haviam frequentado a pré-escola por mais de dois anos, fossem matriculadas no 1º ano do ensino fundamental (Boeno, 2010), conforme as *Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos* – Resolução CNE/CEB n. 1 (2010):

Art. 2º Para ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Art. 3º As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no art. 2º deverão ser matriculadas na Pré-Escola.

Art. 4º - §2º As crianças de 5 (cinco) anos de idade, independente do mês do seu aniversário, que no seu percurso educacional estiveram matriculadas e frequentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, poderão, em caráter excepcional, no ano de 2010, prosseguir no seu percurso para o ensino fundamental (Resolução CNE/CEB n. 1, 2010).

É importante destacar que no estado do Paraná esta prática da matrícula de crianças que completaram seis anos de idade no decorrer do ano letivo continuou, uma vez que a Lei Estadual n. 16.049 (2009) assegurava este direito. Além disso, um forte argumento na defesa dessa matrícula dizia respeito ao fato da Lei Federal n. 11.274 (2006), não deixar explícita a data de corte para o ingresso dos alunos no Ensino Fundamental, o que ficou evidente no art. 3º da referida lei:

Art. 3º O art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]’ (Lei n. 11.274, 2006).

Essa polêmica em torno do corte etário das crianças tanto em nível federal, quanto estadual vem se prolongando desde a implantação do ensino fundamental de nove anos no Brasil, em 2006. Na tentativa de se resolver essa situação, o Conselho Nacional de Educação expediu em 2010 duas resoluções: a Resolução CNE/CEB n. 1 (2010) mencionada anteriormente, a qual assegurou às crianças com seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março, o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental, bem como a Resolução CNE/CEB n. 6 (2010) que ratificou o exposto na Resolução CNE/CEB n. 1 (2010), em relação à matrícula no 1º ano do ensino fundamental e definiu que as crianças com quatro anos completos ou a completar até o dia 31 de março deveriam ser matriculadas na pré-escola. Considerando que são apenas resoluções, alguns estados, dentre eles o Paraná ignoraram-nas e continuaram seguindo suas próprias legislações. Assim, o problema referente ao corte etário continuou.

Em 2014, aprovou-se o Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005 (2014), o qual contempla, em uma de suas metas, a universalização do ensino fundamental referindo-se à faixa etária desta etapa do ensino, no caso, dos 6 aos 14 anos. No entanto, assim como a Lei n. 11.274 (2006), a Lei do Plano Nacional de Educação também não deixa claro o corte etário de ingresso no Ensino Fundamental, conforme meta a seguir:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (Lei n. 13.005, 2014).

Em se tratando do estado do Paraná, em 2015, vigorou a Lei Estadual n. 18.492 (2015), a qual instituiu o Plano Estadual de Educação. A referida lei estabeleceu o corte etário de 31 de março para o ingresso das crianças no primeiro ano do ensino fundamental, em consonância com a Resolução CNE/CEB n. 1 (2010).

Consequentemente, revogou-se a Lei Estadual n. 16.049 (2009) que permitia que as crianças que completassem seis anos até 31 de dezembro pudessem ser matriculadas no primeiro ano. Todavia, o Conselho Estadual de Educação do Paraná, por meio do Parecer CEE/CP n. 12 (2015), que traz a orientação de aplicação da data de corte de 31 de março para ingresso no 1º ano do ensino fundamental, estabelece ainda um período de transição de dois anos para as crianças que já frequentaram a pré-escola e completam seis anos no decorrer do ano letivo, as quais podem ser matriculadas no 1º ano. Dessa maneira, o corte etário passará a vigorar efetivamente no estado do Paraná, a partir de 2018.

A definição do corte etário para o início do ano letivo representa um avanço para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a antecipação à educação mais formal, no caso, o ensino fundamental, representa a supressão de uma fase importante da educação infantil, na qual há o predomínio da ludicidade, dos jogos, das brincadeiras, imprescindíveis ao desenvolvimento infantil. Nesse sentido, faz-se necessário o trabalho com os pais, a fim de esclarecer que para cada fase ou idade existem atividades e lugares próprios para a criança estudar e que a antecipação de etapas em vez de contribuir, pode prejudicar o seu desenvolvimento.

Para que a ampliação do ensino fundamental alcance os objetivos que se propôs, tais como o acesso e permanência dos alunos na escola, a melhoria do processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário considerar outros fatores como, por exemplo, o desenvolvimento do trabalho pedagógico com as crianças no novo ensino fundamental, a formação do professor que atua com essas crianças, e ainda, toda a estrutura física e pedagógica envolvida nesse contexto.

Assim, o próximo tópico versará sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos no município de Dois Vizinhos, discutindo os resultados dessa implantação, a partir da análise dos depoimentos dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, a fim de saber se isso resultou ou não na melhoria do ensino ofertado aos alunos dessa rede.

O ensino fundamental de nove anos na visão da coordenação pedagógica e professores

Conforme apresentado na parte introdutória deste artigo, além da análise documental e bibliográfica, foram colhidos depoimentos de

profissionais da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos – PR, a partir de um roteiro composto por cinco questões. Foram entrevistados 10 professores (dois professores regentes de cada ano do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e dois coordenadores pedagógicos, totalizando 12 entrevistas. Os depoentes foram identificados como Coordenador 1 e Coordenador 2; Professores do 1º ano – Professor 1A e Professor 1B; do 2º ano – Professor 2A e Professor 2B; do 3º ano – Professor 3A e Professor 3B; do 4º ano – Professor 4A e Professor 4B; do 5º ano – Professor 5A e Professor 5B.

É relevante destacar que todos os professores depoentes realizaram um comparativo entre os alunos da mesma faixa etária das duas formas de organização do ensino: o ensino fundamental de oito anos e o ensino fundamental de nove anos. Desse modo, os testemunhos da equipe pedagógica constituíram-se no ponto-chave da pesquisa, pois professores e coordenações pedagógicas estão mais diretamente ligados a esse processo.

Este tópico se centrará na análise das entrevistas realizadas com esses profissionais.

A questão 01 versou sobre o conhecimento que os entrevistados possuíam sobre as orientações do MEC para o trabalho com o ensino fundamental de nove anos.

Os testemunhos dos dois coordenadores pedagógicos demonstraram que eles tinham conhecimento de que o MEC e a Secretaria de Estado da Educação (Seed) disponibilizavam materiais informativos para as escolas municipais. Nos depoimentos dos professores, percebeu-se que eles também possuíam conhecimento sobre as determinações legais, no sentido da mudança na legislação, ampliando a obrigatoriedade do ensino. Também 60% deles, fizeram referência aos cursos que frequentaram, sobre o ensino fundamental de nove anos. Apenas um professor comentou sobre estudos para a adaptação do planejamento. Porém, apesar de, a maioria comentar a respeito dos cursos, os professores manifestaram-se afirmando que não possuíam conhecimento suficiente sobre as publicações do MEC e da Seed, carecendo de leitura e aprofundamento.

Sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos, Amaral, Casagrande e Chulek (2010, p. 14) asseguram:

A inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental suscita inúmeros debates acerca do processo ensino-

aprendizagem que, inevitavelmente, vem à tona com diferentes visões sobre este processo por parte de professores e famílias. Um dos aspectos que merece destaque é a organização do trabalho pedagógico e a concepção que o conduzirá. Nesse sentido, é fundamental que os professores tenham clareza acerca da perspectiva teórica adotada e expressa na proposta pedagógica da escola e ainda sobre como conduzir este processo de trabalho, conferindo importância a todas as disciplinas escolares.

Diante do exposto, analisa-se a importância da formação continuada de professores a respeito da ampliação do ensino fundamental, pois o conhecimento das propostas do MEC, da Seed, da Secretaria Municipal de Educação e da escola, constituem os primeiros passos para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. Portanto, são imprescindíveis momentos para estudo da legislação do ensino e das orientações das diversas esferas de governo para o ensino fundamental de nove anos.

É importante ressaltar que a formação continuada não se dá apenas por meio de cursos de formação, mas também por leituras e estudos conjuntos, quer por meio de grupos de estudos ou de outros recursos. Um encaminhamento coerente das atividades do professor em sala de aula se obtém por meio de um sólido conhecimento teórico e prático, adquirido nos cursos de formação e estudos teóricos, os quais fornecerão importantes subsídios à prática do professor.

A questão 02 interrogou os docentes e coordenadores pedagógicos sobre quais os documentos que conheciam sobre a nova forma de organização do ensino.

A fala do Coordenador 1 demonstrou que ele conhecia os principais documentos do ensino fundamental de nove anos, inclusive porque os nomeou, o que não foi comum nas falas da grande maioria dos entrevistados. O Coordenador 1 fez referência a outro documento disponível nas publicações do MEC, o qual tratava da escrita, isto é, o documento intitulado *A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade*.

O Coordenador 2 trouxe à tona os pareceres dos Conselhos de Educação, documentos importantes para a compreensão desse processo, os quais não foram mencionados pelos demais educadores. Portanto, os coordenadores

pedagógicos demonstraram conhecimento da legislação.

Quanto aos professores, constatou-se que todos conheciam os documentos da SEED e do MEC sobre o ensino fundamental de nove anos. No entanto, apenas três professores afirmaram ter lido tais documentos. Destes, apenas um garantiu tê-los lido na íntegra; os outros dois, asseguraram que leram partes dos documentos, e os demais ou não se referiram à leitura ou apenas afirmaram que os receberam. Havia ainda, os que afirmaram não os terem lido. Das informações colhidas, concluiu-se que a maioria dos professores desconhecia os conteúdos dos documentos. Assim, vale ressaltar a importância da formação continuada de professores, uma vez que as mudanças organizacionais envolvem diversos fatores e constituem-se em processo lento. Para tanto, faz-se necessário investimentos na formação do professor e reforçar a abordagem também nas determinações legais, para que os educadores compreendam quais as concepções que permeiam essa ampliação do ensino e, a partir disso, quais os conhecimentos que precisam ser garantidos em cada ano e o porquê deles.

A questão 03 investigou a opinião da equipe pedagógica sobre como deveria estruturar-se o trabalho realizado com as crianças do primeiro ano.

O depoimento do Coordenador 1 confirmou que ele possuía conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, pois enfatizou o cuidado com as questões ligadas ao tempo e ao espaço infantil, ressaltando ainda, a necessidade do respeito à individualidade de cada criança, alegando que o ponto de partida do trabalho pedagógico deveria ser o estágio em que o educando se encontra.

Nascimento (2007) orienta sobre os cuidados referentes ao espaço e ao tempo nos anos iniciais do ensino fundamental, o que ratifica o ponto de vista do Coordenador 1.

Faz-se necessário definir caminhos pedagógicos nos tempos e espaços da escola e da sala de aula que favoreçam o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos os que ali estão, em que crianças possam recriar as relações da sociedade na qual estão inseridas, possam expressar suas emoções e formas de ver e significar o mundo, espaços e tempos que favoreçam a construção da autonomia (Nascimento, 2007, p. 30).

Outro ponto evidenciado no depoimento do coordenador 1 foi o respeito às individualidades dos educandos. Nascimento (2007, p. 31) assim se manifesta a respeito:

As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. A nós professores, cabe favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola.

O cuidado em relação ao espaço e ao tempo em sala de aula, representa um respeito à individualidade do educando, ao seu ritmo. É fundamental a valorização dos saberes da criança, o conhecimento das suas vivências e do que a criança já sabe ou espera aprender sobre o assunto. Esta questão representa um importante subsídio ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, deve ser o ponto de partida para o trabalho escolar.

No testemunho do Coordenador 2 verificou-se que ele considerava primordial o trabalho com a psicomotricidade, sem deixar de lado a questão da alfabetização, pois afirmou que os dois aspectos devem ser trabalhados juntos. Isso se expressou já no início de seu depoimento, quando assegurou que no primeiro ano, o trabalho deve ser iniciado dando prioridade às questões psicomotoras e, aos poucos, integrar a alfabetização.

O posicionamento do referido coordenador demonstra que este tem a compreensão da importância de um trabalho integrado entre psicomotricidade e alfabetização, pois a primeira é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, uma vez que as atividades psicomotoras auxiliam, dentre outros aspectos, na aquisição do processo da escrita.

Ao se referir à relevância do trabalho com a psicomotricidade, Almeida (2007) destaca a importância da coordenação motora fina no processo de alfabetização para garantir um bom traçado de letra, pois segundo o autor “[...] é necessário que o professor possa desenvolver atividades motoras que possibilitem este desenvolvimento [...]” (Almeida, 2007, p. 49).

Analisando-se os testemunhos dos professores, constatou-se que 100% deles defendiam que, no primeiro ano, o trabalho não deveria restringir-se somente à alfabetização, o que convergiu com as opiniões das duas coordenadoras, ficando explícito que os

professores consideravam a ludicidade e a psicomotricidade como fatores primordiais nesta etapa inicial. A alfabetização também foi mencionada como aspecto importante neste contexto.

Alguns professores expressaram em suas falas a concepção de que para haver uma sólida alfabetização é fundamental o trabalho com os pré-requisitos. No entanto, no testemunho de um dos professores, a prioridade deveria ser a alfabetização, visto que os aspectos psicomotores, embora importantes no primeiro ano, adquirem uma função secundária, na visão deste professor. Havia ainda, segundo manifestação desse profissional, uma preocupação com respeito à grafia das palavras, ou seja, ele considerava fundamental que as crianças ao final do primeiro ano, identificassem as letras nas suas diversas formas, inclusive o manuscrito, a escrita cursiva.

Almeida (2008) destaca a necessidade do trabalho com a alfabetização aos seis anos de idade, porém, sem deixar de lado os outros eixos igualmente necessários ao processo de desenvolvimento infantil.

A estada, a permanência ou a mobilidade social da criança passa seguramente pela aquisição do código e dos usos dele. Assim, escrever e ler aos seis anos, de tempos, já sabíamos que era importante, enquanto trabalho escolar. Agora, o que precisamos definir é de que forma garantir que esta competência seja bem elaborada, sem a perda da qualidade dos outros processos que acompanham o bom desenvolvimento de uma criança de seis anos de idade [...] (Almeida, 2008, p. 16).

O que se percebe nos depoimentos obtidos, é que os desafios que se apresentam no trabalho escolar no ensino fundamental são muitos, principalmente no primeiro ano, pois o professor vai se deparar com alunos que já frequentaram a educação infantil e outros que adentrarão o universo escolar pela primeira vez. Isso requer cuidado, pois a tendência é o professor atender os alunos que estão no mesmo nível da turma e em alguns casos, não ofertar um atendimento diferenciado, mais individualizado, aos alunos com mais dificuldades.

Nota-se que se a criança não for atendida nas suas necessidades educacionais, a tendência é sentir-se desestimulada e até mesmo regredir na aprendizagem. Dessa maneira, constatou-se que o Professor 5B, por meio de seu depoimento, demonstrava preocupação em relação aos alunos

que não acompanhavam a turma e também em relação aos que estavam num nível mais avançado. Ele assegurou: “A gente não pode proibir o conhecimento. Deve-se trabalhar com a criança no estágio em que ela está propiciando desenvolvimento tanto aos que estão com um conhecimento inferior, quanto aos que vão além”.

Almeida (2008, p. 22) afirma, a respeito:

Esta criança de hoje, que vive e se educa em um mundo de transformações muito rápidas, não perde uma oportunidade sequer de interagir com o meio. É esta característica que as crianças naturalmente têm, porque está [SIC] aí para descobrir e reinventar, que faz com que elas possam se disponibilizar ao novo e àquilo que surge diante de seus olhos. Cabe a nós, professores, buscarmos esta aproximação da criança e compreender que olhar é este que ela tem para coisa tão diferente e que junção faz ela com essa multiplicidade de coisas. Impedir esta busca pode ser cruel não só para a criança, que deixará de explorar, mas também para o professor que estará pecando pela negligência.

Portanto, realizar um trabalho coerente com o nível da turma, que contemple as necessidades dos educandos nos seus diversos estágios requer conhecimento, planejamento, avaliação e também disponibilidade. O professor terá que ler, estudar, preparar atividades diferenciadas, fazer constantes sondagens para avaliar o nível de cada criança e pesquisar quais atividades são importantes para cada fase. E, isso remete a sua formação.

Maciel, Baptista e Monteiro (2009, p. 08), asseguram:

[...] para uma proposta de ensino tornar-se um referencial e se materializar em uma prática de ensino adequada, ela deverá ser validada e construída a partir do conhecimento que se tem das crianças e também das interações que se estabelecem entre os participantes do grupo escolar e deles com os objetos do conhecimento. Dessa forma, a avaliação e o planejamento são fatores determinantes para a consolidação desta prática.

Em síntese, a posição dos coordenadores e professores entrevistados, de modo geral, sinalizou para um trabalho integrado entre alfabetização e psicomotricidade. Diante do exposto, considera-se que o processo de

alfabetização e letramento, bem como o desenvolvimento psicomotor são fundamentais para o trabalho, não só no primeiro ano, mas ao longo do ensino fundamental.

Almeida (2008, pp. 22-23) garante que:

O maior desafio da escola para desenvolver uma boa proposta para este ensino fundamental de nove anos é cumprir com o papel de educadora, de mediadora do conhecimento em uma heterogeneidade tão acentuada. Estas diferenças podem ser de grande valia aos processos educativos que desenvolvemos, mas, para isto acontecer, precisamos ter uma proposta pedagógica muito clara em suas práticas e em suas metodologias, assim como uma intenção bastante clara para seus egressos e mais que isto, precisamos ter professores qualificados e material condizente com essas duas condições. No caso da maioria das escolas brasileiras, é aí que está o ponto nevrálgico.

Para melhor compreensão do modo como foi conduzido o trabalho no primeiro ano e as suas consequências nos anos posteriores, analisou-se os posicionamentos dos coordenadores pedagógicos e professores sobre a antecipação do ingresso da criança ao ensino obrigatório.

A questão versou sobre a opinião dos depoentes em relação ao ingresso das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental e também em relação às que completavam seis anos de idade no decorrer daquele ano letivo.

O Coordenador 1 considerou positiva a obrigatoriedade do ensino aos seis anos. Todavia, não concordou com o fato das crianças de cinco e seis anos frequentarem a mesma classe das crianças de faixa etária mais elevada. Argumentou que as crianças de cinco e seis anos deveriam ser atendidas nos centros de educação infantil, tendo em vista que o ambiente e o trabalho ali realizados atendiam, de forma mais eficiente, as necessidades desta faixa etária, principalmente no que se refere ao respeito ao tempo e aos espaços infantis.

Destarte, no ensino fundamental, o que se percebe é que o espaço físico, de modo geral, é mais limitado. Embora o MEC oriente que deve haver uma maior proximidade entre educação infantil e ensino fundamental, o que se percebe é que as rotinas são diferenciadas. No ensino fundamental há uma preocupação maior com os conhecimentos das diversas disciplinas do que

com os demais aspectos enfatizados na educação infantil.

O Coordenador 1 demonstrou conhecer a legislação. Isso ficou evidente quando se referiu à Emenda Constitucional n. 59 (2009) que tratou da obrigatoriedade do ensino pré-escolar (faixa etária de quatro e cinco anos), a ser implementada até 2016, conforme artigos seguintes:

Art.1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações: ‘Art. 208, I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR) [...]’. Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União (Emenda Constitucional n. 59, 2009, grifo no original).

Quanto ao ingresso das crianças no ensino fundamental de nove anos, com seis anos incompletos, como é o caso do Estado do Paraná, cuja Lei Estadual n. 16.049 (2009) permite o ingresso no 1º ano do ensino fundamental à criança que completar seis anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso, o Coordenador 1 posicionou-se contrariamente, afirmando que a faixa etária de cinco anos de idade deveria continuar integrando a educação infantil.

O ponto de vista do Coordenador 2 foi concorde ao do Coordenador 1 no que se refere à faixa etária dos cinco anos de idade, pois este também teve posicionamento contrário à entrada dessas crianças no ensino fundamental. O Coordenador 1 alegou que as crianças dessa faixa etária são imaturas em relação às que completam seis anos no início do ano letivo.

Kramer (2007, pp. 20-21) destaca:

O ensino fundamental, no Brasil, passa agora a ter nove anos de duração [...]. Mas muitos professores ainda perguntam: o melhor é que elas estejam na educação infantil ou no ensino fundamental? Defendemos aqui o ponto de vista de que os direitos sociais precisam ser assegurados e que o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural tanto na educação

infantil quanto no ensino fundamental. É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na educação infantil e no ensino fundamental e que saibamos, em ambos, ver, entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes. A inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental, diálogo institucional e pedagógico, dentro da escola e entre as escolas, com alternativas curriculares claras.

O posicionamento de sete dos professores entrevistados foi quanto à questão da maturidade das crianças, pois segundo eles, a maturidade depende muito mais de outros fatores do que da idade cronológica que a criança possui. Três deles consideraram a idade como fator de maior ou menor maturidade dos alunos. Cinco dos professores entrevistados apontaram o estímulo familiar como condicionante interferente no processo de aprendizagem dos alunos; um deles afirmou que frequentar a pré-escola é fundamental nesse processo e que aspectos ligados ao emocional da criança, tal como a desestrutura familiar, podem influenciar negativamente na aprendizagem; três professores asseguraram que a maturidade depende de cada criança e um professor se limitou a apontar que as crianças de cinco anos são mais imaturas do que as de seis.

Do total dos professores depoentes, 70% se referiram à influência familiar como um dos fatores determinantes na aprendizagem. Um dos professores assim se manifestou: “Talvez aspectos ligados ao emocional da criança, tais como a desestrutura familiar, possam influenciar negativamente na aprendizagem dos educandos”. Isso leva à reflexão sobre a importância da família no desenvolvimento infantil, que representa o modelo, o referencial que a criança precisa para formar sua identidade.

A Professora 4A apontou a questão da indisciplina considerando esta enquanto resultante da ausência familiar na vida dos educandos. Alegou que pais mais ausentes, que quase não acompanham o desenvolvimento escolar dos filhos, são os pais das crianças que apresentam problemas quanto à (in)disciplina.

De acordo com o MEC (2004), a família exerce grande influência no desenvolvimento das crianças, pois o maior ou menor desenvolvimento do educando tem relação direta

com as experiências, bem como, com a qualidade das experiências vivenciadas pela criança no seu convívio sociocultural.

O Professor 2B trouxe para a pesquisa um diferencial que não apareceu na fala dos demais depoentes. Ele fez um comparativo entre as faixas etárias que ingressam no ensino fundamental de nove anos (cinco e seis anos de idade) e as crianças que ingressavam anteriormente no ensino fundamental de oito anos, mais especificamente a faixa etária de sete anos de idade. Na sua concepção, nas questões ligadas à leitura e escrita, as crianças do ensino fundamental de nove anos apresentam mais desenvoltura. No entanto, na psicomotricidade, o desenvolvimento era melhor, quando as crianças entravam com sete anos de idade. Isto se deve ao fato da pré-escola de então preocupar-se mais com as questões referentes à psicomotricidade.

Quanto à questão 05 que desejava saber dos docentes e coordenadores pedagógicos se a antecipação do ingresso ao ensino fundamental contribuiu para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, as respostas dos coordenadores pedagógicos demonstraram que eles acreditavam ser a implantação do ensino fundamental de nove anos fator de aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

As respostas de seis professores expressaram que o ensino fundamental de nove anos contribuiu para a melhoria do ensino; um professor assegurou que, em alguns aspectos, houve melhoria e em outros, não; dois professores avaliaram que o ensino fundamental de nove anos não vinha contribuindo para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que os alunos estavam chegando com defasagens em alguns fatores, considerados essenciais por estes professores. Um professor disse não acreditar em mudanças significativas, pois na sua concepção, os conteúdos são os mesmos da 3ª série do ensino fundamental de oito anos, ou seja, a turma equivalente ao 4º ano do ensino fundamental de nove anos – o ano no qual ele lecionava. Ainda se referiu ao currículo, deixando explícito no seu depoimento, que como as turmas eram equivalentes, os conteúdos seriam os mesmos. A resposta indicou que para este depoente, não havia clareza a respeito dos conhecimentos científicos a serem ensinados em cada ano, ou seja, na sua concepção, os saberes são os mesmos do ensino fundamental de oito anos.

Beauchamp *et al.* (2007, p. 9) afirmam:

Vale lembrar que todos nós – professores, gestores e demais profissionais de apoio à docência – temos, neste momento, uma complexa e urgente tarefa: a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de nove anos. Tendo em vista essa realidade, Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) já estão trabalhando para atender essa nova exigência da educação básica.

No entanto, no período da pesquisa, já existiam várias publicações do MEC orientando teoricamente os professores, bem como trazendo importantes sugestões para as práticas docentes. Além disso, a Seed já havia elaborado as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais que forneciam subsídios ao trabalho dos educadores e, já havia sido publicada no Diário Oficial da União, em 15 de dezembro de 2010, a Resolução CNE/CEB n. 07 (2010) fixando diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de nove anos.

Pela leitura dos documentos, é possível perceber que a equivalência de idades não correspondia à grade curricular. Nesse sentido, a posição do MEC era explícita e para ratificar essa afirmação, é fundamental lembrar o posicionamento deste Ministério sobre as diversas indagações a respeito do assunto. Este órgão afirmava na ocasião, não se tratar de transferência de conteúdos de uma etapa ou de uma forma de organização para a outra e sim de construção de uma nova proposta que propiciasse a ampliação dos conhecimentos dos educandos (Beauchamp *et al.*, 2007).

A pesquisa demonstrou que, na opinião dos coordenadores pedagógicos e da maioria dos professores entrevistados, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos vinha resultando na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Em resposta à problemática desta pesquisa e aos objetivos propostos, na opinião da maioria dos depoentes (coordenadores pedagógicos e professores entrevistados), a implantação do ensino fundamental de nove anos vinha resultando na melhoria do processo ensino-aprendizagem. Assim, foi possível constatar que a política de ampliação do ensino fundamental caracterizou-se como uma medida que resultou na melhoria da qualidade do ensino no município de Dois Vizinhos, de acordo com a

opinião dos profissionais da educação, sujeitos desta pesquisa. Entretanto, estes professores apontaram para a existência de problemas tanto pedagógicos como de infraestrutura que exigiam soluções capazes de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Diante do exposto, considera-se fundamental a oferta de grupos de estudos quinzenais aos profissionais da educação, tendo como proposta a análise documental das publicações do MEC, uma vez que esta é uma necessidade da Rede Municipal de Ensino do Município de Dois Vizinhos. Para um trabalho pedagógico de qualidade, é imprescindível o domínio teórico por parte dos educadores e o conhecimento da perspectiva de trabalho adotada pelo MEC, pela Seed e pela própria Secretaria Municipal de Educação. Também é importante o investimento em recursos humanos como, por exemplo, professores auxiliares em turmas de alfabetização e ampliação do número de professores de contraturno para o reforço da aprendizagem dos alunos.

Em relação ao espaço físico, uma recomendação seria a ampliação dos espaços escolares, próximos das instituições de ensino, para fins essencialmente educativos, os quais são fundamentais para o trabalho com a faixa etária da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Constatou-se que, para a maioria dos profissionais da educação, colaboradores com depoimentos para a pesquisa, a ampliação do ensino fundamental contribuiu para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Porém consideraram que as condições de trabalho no sentido de formação pedagógica, de estrutura física e de recursos humanos ainda não atendem às condições necessárias para um trabalho de qualidade. Carecem, portanto, de investimentos em todos esses quesitos anteriormente descritos.

Faz-se necessário que outras pesquisas sejam realizadas para acompanhar a implantação do ensino fundamental de nove anos e, dessa forma, indicar os acertos e as dificuldades da referida implantação, de modo que o processo possa ser melhorado em benefício da educação escolar da população que frequenta esta etapa de ensino.

Referências

Almeida, G. P. de. (2007). *Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão*

corporal e brincadeiras infantis. (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Wak.

Almeida, G. P. de. (2008). *Desenvolvimento da escrita: 100 propostas práticas para o trabalho com crianças de seis anos*. Rio de Janeiro, RJ: Wak.

Amaral, A. C. T. do., Casagrande, R. C. de B., & Chulek, V. (Orgs.). (2010). *Ensino fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais*. Curitiba, PR: SEED.

Beauchamp, J., Pagel, S. D., & Nascimento, A. R. do. (Orgs.). (2007). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: MEC/SEB.

Boeno, R. M. (2010). O processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos em nível federal e estadual. *Anais do Simpósio Nacional de Educação e XXI Semana de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná*. Cascavel, PR, Brasil, 2. Recuperado em 05 maio, 2016, de <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimpósioeducacao/anais/trabalhos/182.pdf>

Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. (2009). Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília. 2009. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituiacao/Emendas/Emc/emc59.htm

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2011). *O que é o Ideb*. Recuperado em 09 maio, 2016, de <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>

Kramer, S. (2007). A infância e sua singularidade. In J. Beauchamp, S. D. Pagel, & A. R. do. Nascimento (Orgs.). *Ensino fundamental*

de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade (pp. 13-23). Brasília: MEC/SEB.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996. Recuperado em 10 maio, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília. 2001. Recuperado em 10 maio, 2016, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10172.htm>

Lei n. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. (2006). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília. 2006. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm

Lei Estadual n. 16.049, de 19 de fevereiro de 2009. (2009). Dispõe que terá direito à matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, a criança que completar 6 anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso. Paraná. 2009. Recuperado em 10 maio, 2016, de http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/leis/LEI000016049.html

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília. 2014. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Lei Estadual n. 18.492, de 24 de junho de 2015. (2015). Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências. Paraná. 2015. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Lei_18492.pdf

Maciel, F. I. P. , Baptista, M. C. & Monteiro, S. M. (Orgs). (2009). *A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: Orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade.* Belo Horizonte: UFMG/FaE/Ceale.

Ministério da Educação. (2004). *Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais.* Recuperado em 06 maio, 2016, de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>

Nascimento, A. M. do. (2007). A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In J. Beauchamp, S. D. Pagel, & A. R. do Nascimento (Orgs.). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade* (pp. 25-32). Brasília, BR: MEC/SEB.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2008). *Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?* Recuperado em 03 maio, 2016, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159294por.pdf>

Parecer CNE/CEB n. 06. (2005). Reexame do Parecer CNE/CEB 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Brasília. 2005. Recuperado em 15 agosto, 2016, de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_05.pdf

Parecer CEE/CP n. 12. (2015). Vigência das Resoluções CNE/CEB n. 01/2010 e 06/2010 – matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Paraná. 2015. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2015/CP/pa_cp_12_15.pdf

Projeto de Lei da Câmara n. 144. (2005). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília. 2005. Recuperado em 15 agosto, 2016, de <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/76244/pdf>

Resolução CNE/CEB n. 3, de 03 de agosto de 2005.
(2005). Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Brasília. 2005. Recuperado em 15 agosto, 2016, de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb003_05.pdf

Resolução CNE/CEB n. 1, de 14 de janeiro de 2010.
(2010). Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília. 2010. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de outubro de 2010.
(2010). Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Brasília. 2010. Recuperado em 09 maio, 2016, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6886-rceb006-10&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CEB n. 7, de 14 de dezembro de 2010. (2010). Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília. 2010. Recuperado em 22 março, 2016, de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf

Rohden, M. M. (2006). *A ampliação do ensino fundamental para nove anos: questões políticas e curriculares*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado em 25 abril, 2016, de http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1004

Recebido em: 23/05/2016

Aceito em: 13/07/2016